

col. Espaço

VOL.10

EDICAO  
3ª  
EDICAO

# Educação Física Progressista

A Pedagogia Crítico-Social  
dos Conteúdos e a  
Educação Física Brasileira



**PAULO GHIRALDELLI JUNIOR**  
Prefacio: José Carlos Libâneo

  
Edições Loyola

## **EDUCAÇÃO FÍSICA PROGRESSISTA**

### **CONSELHO EDITORIAL**

---

Selma Garrido Pimenta  
Helena Gemignani Peterossi  
Ivani Catarina Arantes Fazenda  
Maria Felisminda de Rezende e Fusari

COLEÇÃO "ESPAÇO"

1. REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE  
Maria Oly Pey
2. ESCOLA NOVA, TECNICISMO E EDUCAÇÃO  
COMPENSATÓRIA  
Guiomar Namó de Mello (organizadora)
3. CARTOGRAFIA BRASÍLIS OU: ESTA HISTÓRIA  
ESTÁ MAL CONTADA  
Norma Abreu Telles
4. O ESPAÇO DO DESENHO: A EDUCAÇÃO DO  
EDUCADOR  
Ana Angélica Albano Moreira
5. UMA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NOVA  
PARA UMA NOVA ESCOLA  
Eny Marisa Maia e Regina Leite Garcia
6. ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL —  
UM DIAGNÓSTICO EMANCIPADOR  
Selma Garrido Pimenta e Nobuko Kawashita
7. A LINGUAGEM NO TEATRO INFANTIL  
Marco Camarotti
8. EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL  
Lia Rosenberg
9. ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO COTIDIANO DAS  
1.<sup>as</sup> SÉRIES DO 1º GRAU  
Maria das Graças de Castro Sena
10. EDUCAÇÃO FÍSICA PROGRESSISTA — A PEDAGO-  
GIA CRÍTICO-SOCIAL DOS CONTEÚDOS E A  
EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA  
Paulo Ghiraldelli Júnior

## Educação Física Progressista

— a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos  
e a Educação Física Brasileira —

“Paulo Ghiraldelli Jr. é autor de *Educação e Movimento Operário*, pela Cortez e Autores Associados e *O que é Pedagogia*, pela Brasiliense. É mestre-doutorando em Filosofia da Educação pela PUC-São Paulo. Atualmente trabalha na UNESP (Universidade Estadual de São Paulo) onde leciona Didática Geral.”

**Copidesque**

*Marcos Marcionilo*

**Revisão**

*Rosalina Siqueira / Lúcia Aparecida Vieira*

**Edições Loyola**

Rua 1822 n. 347

04216 — São Paulo — SP

Caixa Postal 42.335

04299 — São Paulo — SP

Tel.: (011) 914-1922

ISBN 85 - 15 - 00307 - 4

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1991

*“Para o professor de Educação Física Paulo Ghiraldelli,  
meu pai, que sempre soube sintetizar na sua  
prática cotidiana o saber e o saber-fazer.”*

## PALAVRAS INICIAIS

Este texto é fruto de dois anos de trabalho na Universidade Estadual Paulista — UNESP, em Rio Claro. Ele foi realizado em duas etapas. Num primeiro momento, junto com os alunos Pedro Ângelo Pagni, Wanderley Marchi Júnior, Wilson Akira Nakata e Paulo Marcos Coelho, desenvolveu-se intenso trabalho de pesquisa histórica para obter uma classificação das tendências e correntes da Educação Física brasileira. Uma vez realizado este trabalho, iniciou-se um ciclo de discussões que visavam vislumbrar as possibilidades de uma “nova Educação Física”, ou seja, uma “Educação Física Crítico-Social dos Conteúdos”. Tais discussões, além de contar com o primeiro grupo de pessoas, foi enriquecida com a presença dos alunos Rogério Rodrigues, Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger, Gilmar Getúlio Silveira Garagorry, Maria Elisete Brigatti, Edson Segamarchi dos Santos, Fernando Renato Caviolli, Icaro Bérigamo Gannam, Miguel Arcanjo do Amaral e Fátima Regina Fernandes.

É óbvio que este texto não representa uma contribuição fechada e acabada. Pelo contrário, apenas esboça as possibilidades de uma “nova Educação Física”, forjada sob a luz das diretrizes da Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos. Sendo assim, este trabalho pretende ser um ponto de partida para a superação das diversas concepções de Educação Física vinculadas à ideologia dominante e, também, um ponto de partida para a superação da prática espontaneísta da Educação Física Popular. É preciso sim, uma Educação Física que valorize os conteúdos, mas que saiba construir e reorganizar conteúdos

críticos e progressistas no sentido da construção de novos cidadãos para uma outra sociedade, mais democrática e mais justa.

Todos os alunos aqui mencionados integraram um saudável “grupo de estudos” na UNESP-Rio Claro, sendo que foram meus orientandos em suas respectivas “monografias de fim de curso”. À distância, mas também colaborando com o trabalho, esteve sempre a companheira professora Martha Christina Pereira Martins, que discutiu horas e horas os presentes textos e que me indicou caminhos esclarecedores. A todos, o meu agradecimento.

PAULO GHIRALDELLI JR.

## PREFÁCIO

O livro de Paulo Ghiraldelli Jr. que chega às mãos dos leitores, além de ser uma importante contribuição para o estudo da Educação Física escolar, surge num momento muito oportuno. Trata das tendências e correntes que vêm se manifestando na história dessa disciplina no Brasil, oferecendo aos atuais e futuros professores um valioso auxílio para a reflexão crítica de seus fundamentos teóricos e metodológicos. Surge em momento oportuno porque atende à expectativa de muitos professores que desejam inculcar na sua prática docente uma marca progressista, ou seja, entender a educação escolar como efetiva contribuição para a ampliação da consciência social e crítica dos alunos, tendo em vista sua participação ativa na prática social (política, profissional, cultural e desportiva).

Que considerações alguém preocupado com questões pedagógicas mais amplas poderia fazer sobre Educação Física, principalmente não sendo um especialista nessa disciplina? A leitura do texto me sugere duas idéias sobre as relações entre a pedagogia escolar e a Educação Física. A primeira é que nenhuma disciplina do currículo escolar está desvinculada de objetivos político-pedagógicos. A segunda, é que a especificidade de uma disciplina não lhe retira o caráter de constituir-se num processo didático, estando sujeita, portanto, a princípios didáticos gerais.

Qual é a vinculação da Educação Física com os objetivos político-pedagógicos? De que forma ela cumpre exigências históricas e sociais de uma sociedade e, ao mesmo tempo, determinadas exigências pedagógicas? A premissa básica para responder a essas perguntas é a seguinte: a atividade docente ocupa-se, intencional e sistematicamente, do desenvolvimento

global de pessoas que vivem num sistema de relações sociais em permanente transformação, cuja natureza é eminentemente política em decorrência do conflito de classes inerente a esse sistema de relações sociais. Os objetivos da educação, portanto, são determinados politicamente, conforme os interesses em jogo nas relações sociais.

Muitos professores ainda se assustam quando ouvem falar da atividade docente como atividade política. Uns entendem o termo “política” na sua conotação mais vulgar de proselitismo político-partidário, de esperteza e manipulação de pessoas em função de interesses pessoais ou de grupos. Outros, ainda que compreendam a política como relações de poder entre interesses de classes sociais antagônicas, guardam receio em tomar partido dos interesses majoritários da sociedade, sem se dar conta de que seu silêncio e seus receios já são uma tomada de partido.

Na verdade, respiramos a vida política, pelo simples fato de vivermos em sociedade, de trabalharmos em instituições, de participarmos no modo de organização e funcionamento da sociedade que, por sua vez, depende das relações de poder e do confronto de interesses entre as classes sociais, especialmente entre classes dominantes e classes trabalhadoras. Portanto, se a educação em geral e a educação escolar, em particular, têm suas finalidades definidas a partir desses interesses, elas têm um caráter político e seus objetivos dependem da composição de forças que sustentam esses interesses.

Aí está a importância da definição de objetivos político-pedagógicos no planejamento de ensino. Eles antecedem e orientam a prática docente. Quando dizemos, por exemplo, “educação para todos”, tem-se como “todos” a população majoritária da escola pública, os filhos dos trabalhadores e os seus interesses de classe. Se os objetivos não são claros para o professor, ele acaba trabalhando com objetivos estabelecidos pela ideologia dominante na sociedade. Por exemplo, na visão liberal de educação e ensino (compromissada com as classes dominantes), a prática escolar (e também a educação familiar, a educação profissional, a educação física e desportiva etc.) é entendida como ajustamento do indivíduo à forma de orga-

nização social existente. A escola visa educar o aluno para ocupar um lugar na hierarquia social, isto é, no lugar destinado à sua classe social e de acordo com suas capacidades e aptidões. A escola não deve colocar em questão o modo de organização social, as desigualdades sociais e nem importam as condições materiais de vida que tornam diferenciadas as aptidões e capacidades e as oportunidades de acesso aos benefícios do desenvolvimento econômico-social produzidos pelos próprios trabalhadores. Essa visão idealizada de educação, individualista e conformista, induz o professor a ver todos os alunos como iguais, sem perceber os determinantes de origem social que interferem na aprendizagem e, portanto, nos métodos de ensino.

Entretanto, se lutamos por uma sociedade mais justa, se achamos que não adiantam oportunidades iguais para todos sem as condições iguais de desenvolvimento de capacidades e aptidões, se somos contra a discriminação das crianças mais pobres na sala de aula ou na quadra de esportes, então precisamos optar por uma concepção progressista de educação. O ensino, nessa concepção, estará comprometido com uma compreensão crítica da realidade, através dos conhecimentos e habilidades que transmite. Essa atitude do professor começa por desenvolver um trabalho sério e competente na disciplina que leciona. Um professor de Educação Física, ao planejar suas aulas, deve se perguntar: que conteúdos e habilidades podem ajudar o aluno a ser um cidadão participativo? Em que as condições materiais de vida, experiências, conhecimentos, valores afetam o desenvolvimento das aulas? Como a educação do corpo, do movimento e os esportes podem contribuir para o exercício de uma prática social consciente e menos alienada? Por que a Educação Física higienista, militarista, pedagoga ou competitivista não são suficientes ou impróprias para um bom programa de Educação Física e esportes?

O leitor pode observar, assim, a importância do conhecimento das tendências da Educação Física e de sua superação para estabelecer objetivos e tarefas do ensino. Pode verificar a íntima relação entre as concepções vigentes e os interesses das elites econômicas e sociais refletidos nos programas e métodos de ensino. O estudo das tendências e correntes ajuda o

professor a entender e questionar as idéias que norteiam sua prática. Por exemplo, numerosos professores ainda acreditam que seu trabalho docente consiste no adestramento físico, no disciplinamento mecânico, no excesso físico, na competição pela eliminação do adversário; é importante saber que essa mentalidade militarista não se enraizou na cabeça dos professores por acaso. Enfim, os objetivos político-pedagógicos determinam os conteúdos e métodos e orientam a abordagem da disciplina num sentido crítico-social, de modo a auxiliar os alunos a compreenderem criticamente a realidade social. Ajudam os alunos a compreender que o domínio de conhecimentos, o aprimoramento do seu físico, a prática esportiva, o uso sadio do corpo e a boa disposição física têm em vista sua participação ativa na sociedade como membros de uma classe social que luta pela sua emancipação econômica, social, política e cultural.

A segunda idéia diz respeito às relações entre a Didática Geral e a Metodologia da Educação Física. Infelizmente ainda perdura na formação de professores uma espécie de descrédito da Didática Geral, ou porque os professores de Didática não dão conta de organizar um programa de ensino sólido e conseqüente, ou porque os futuros professores não valorizam a teoria do ensino. As duas coisas parecem andar juntas. Esta intransparência entre Didática Geral e Metodologia específica da disciplina traz graves prejuízos para os alunos. A Didática Geral ajuda o professor a compreender os objetivos da instrução e da educação, indica as leis específicas do processo de ensino e as condições em que elas se manifestam. Ela ajuda a entender a ação recíproca entre os conteúdos, o ensino e a atividade dos alunos. Esclarece, por exemplo, que o trabalho docente é uma atividade conjunta entre professor e alunos, onde o primeiro planeja, organiza, dirige e controla o ensino, tendo em vista a atividade dos alunos; que o principal fator de ensino é a contradição entre as tarefas teóricas e práticas do ensino e nível de conhecimentos, hábitos e capacidades dos alunos em função da idade; que o ensino deve ter como ponto de partida e ponto de chegada a atividade prática dos alunos no seu cotidiano, no trabalho, na sociedade; que é preciso conjugar a atividade individual com a coletiva, de acordo com o princípio de que

o coletivo promove o bem de cada um e cada um promove o bem da coletividade; que o ensino não visa apenas à instrução, mas, por meio dela, à educação de uma pessoa convicta, de caráter, capaz de transformar os conhecimentos e habilidades em ações práticas em seu próprio benefício e no da coletividade.

É claro que entre a Didática Geral e a Metodologia Física deve existir um intercâmbio, uma fecundação mútua, mesmo porque a Educação Física atua nas esferas da psicomotricidade, do desenvolvimento físico e do esporte, cuja natureza difere das demais disciplinas. Ao mesmo tempo, porém, a Educação Física é uma atividade de educação e ensino, subordinando-se a objetivos pedagógicos mais amplos, às leis e processos objetivos de ensino que pertencem ao domínio da Didática Geral. A Educação Física pode contribuir para a autodisciplina, fortalecer a saúde, desenvolver os valores estéticos, os valores cooperativos, o raciocínio e a presteza mental, sem esquecer que a ela cabe também o estudo da fisiologia, da anatomia, das técnicas, da história etc. Enfim, ela compõe o conjunto das disciplinas escolares e cumprirá o seu papel quanto mais conseguir tornar-se Educação Física *escolar*.

A política de Educação Física brasileira e do esporte continua altamente elitista, minada por interesses eleitoreiros, clientelísticos. O esporte subordina-se a interesses econômicos. O poder público não tem uma política efetiva de democratização ao acesso ao lazer e às práticas desportivas não-formais. Na organização escolar, a Educação Física tem ocupado um lugar secundário, freqüentemente isolado das demais disciplinas; há insuficiência de espaço físico, de material de ginástica e esportes. Infelizmente, há também muitos professores improvisados e irresponsáveis, que não conseguem ver o alcance e a importância do seu trabalho.

O texto de Paulo Ghiraldelli vem ajudar os professores a repensar a sua profissão, a desenvolver uma visão crítica dos conteúdos e práticas existentes ao longo da história pedagógica brasileira, a descobrir caminhos que orientam uma prática docente para atender às exigências da prática social dos filhos dos trabalhadores. Aproveitando os dizeres de uma das propos-



tas de programa de Educação Física, o trabalho docente nessa área deve buscar: ao invés do condicionamento à ordem social, formar um aluno crítico e participativo; ao invés do adestramento físico, a compreensão e uso sadio do corpo; ao invés do esporte-espetáculo e ufanista, o esporte educativo; ao invés da disciplina imposta e da repetição mecânica de ordens do professor, o autodomínio, a formação do caráter, a autovalorização da atividade física; ao invés do corpo-instrumento, o corpo como ser social.

A Educação Física como atividade educativa será tanto mais conseqüente em relação aos objetivos político-pedagógicos quanto mais os professores, como intelectuais, desenvolverem a capacidade de descobrir a todo instante, na sua prática de vida e de trabalho, as relações sociais reais que estão por trás das tendências, das técnicas, dos discursos, dos programas de ensino e, por aí, dar uma dimensão política à sua prática pedagógica.

JOSÉ CARLOS LIBÂNEO

Fevereiro de 1988

## I. INTRODUÇÃO

A Educação Física brasileira está em ebulição. Desde o início dos anos 80, qualquer observador da área pode constatar que em vários estados do país pululam núcleos empenhados na rediscussão de temas que vão desde a redefinição do papel da Educação Física na sociedade brasileira até questões ligadas às mudanças necessárias ao nível da prática efetiva nas quadras, ginásios e campos.

É óbvio que essa discussão não surge por acaso. Ela é reflexo de uma discussão maior que envolveu o país a partir do abrandamento do sistema repressivo instaurado pela Ditadura Militar, situação essa que se verificou com maior velocidade e ênfase após a Anistia e, principalmente, após as eleições aos governos dos estados em 1982.

Apesar das discussões sobre a Educação Física nesse curto período ter avançado bastante, um ponto de estrangulamento tem-se mantido: praticamente não existem esforços teóricos no sentido de compor um quadro classificatório capaz de fornecer aos pesquisadores um esboço razoável sobre as tendências e correntes norteadoras da Educação Física brasileira. O que existe na literatura da área são estudos sobre as grandes linhas dos métodos ginásticos, ou, ainda mais recentemente, artigos esparsos que procuram transpor, mecanicamente, quadros classificatórios sobre as correntes pedagógicas para a área específica da Educação Física.

Conscientes dessa problemática, iniciamos na UNESP-Rio Claro um projeto de pesquisa que viabilizasse um texto introdutório à questão da confecção de um quadro classificatório

das tendências e correntes da Educação Física brasileira. Tal pesquisa responsabilizou-se pela análise de 1.863 artigos, publicados nos principais periódicos (revistas) de Educação Física do país dos anos 30 até os dias atuais. No período anterior, ou seja, nos anos 10 e 20, a análise foi feita a partir da leitura dos livros da época, já que não foi possível encontrar periódicos desses anos.

A partir desses dados, foi possível resgatar cinco tendências da Educação Física brasileira: a Educação Física Higienista (até 1930); a Educação Física Militarista (1930-1945); a Educação Física Pedagogicista (1945-1964); a Educação Física Competitivista (pós-64); e, finalmente, a Educação Física Popular.

É preciso ter claro que essas classificações não são arbitrárias; elas procuram revelar o que há de essencial em cada uma dessas tendências. Também é necessário ressaltar que a periodicidade exposta deve ser entendida com cautela. Isso porque, de fato, tendências que se explicitam numa época estão latentes em épocas anteriores e, também, tendências que aparentemente desaparecem foram, em verdade, incorporadas por outras.

Mais complicada ainda é a relação dessas concepções encontradas e a prática cotidiana da Educação Física, principalmente da Educação Física escolar. Nem sempre alterações na literatura sobre a Educação Física correspondem a uma efetiva mudança ao nível da prática. Muitas vezes a prática só se altera quando a concepção que lhe dá diretrizes já perdeu hegemonia. Além do mais, essas defasagens ocorrem de maneira diferente para cada região do país.

O problema também é complexo quando desejamos entender a organização mental dos professores de Educação Física. Todas essas tendências são mais ou menos incorporadas, e estão vivas nas cabeças dos professores atuais. Elas são absorvidas em forma de amálgama e, não raro, levam a um ecletismo pouco produtivo.

Mas, então, sem mais demoras, convidamos o leitor a conhecer e, principalmente, reconhecer cada uma das tendências encontradas. Vamos a elas.

## 1. EDUCAÇÃO FÍSICA HIGIENISTA

Existe pelo menos um ponto em comum entre as várias concepções de Educação Física: a insistência na tese da Educação Física como atividade capaz de garantir a aquisição e manutenção da saúde individual. Com maior ou menor ênfase, as concepções de Educação Física, de um modo geral, não deixam de resgatar versões que, em última instância, estariam presas no lema “mente sã em corpo sã”.

No caso da Educação Física Higienista, a ênfase em relação à questão da saúde está em primeiro plano. Para tal concepção, cabe à Educação Física um papel fundamental na formação de homens e mulheres sadios, fortes, dispostos à ação. Mais do que isso, a Educação Física Higienista não se responsabiliza somente pela saúde individual das pessoas. Em verdade, ela age como protagonista num projeto de “asepsia social”. Desta forma, para tal concepção a ginástica, o desporto, os jogos recreativos etc. devem, antes de qualquer coisa, disciplinar os hábitos das pessoas no sentido de levá-las a se afastarem de práticas capazes de provocar a deterioração da saúde e da moral, o que “comprometeria a vida coletiva”.

Assim, a perspectiva da Educação Física Higienista vislumbra a possibilidade e a necessidade de resolver o problema da saúde pública pela educação. A idéia central é a disseminação de padrões de conduta, forjados pelas elites dirigentes, entre todas as outras classes sociais. A robustez corporal de certa parcela da juventude, robustez advinda de uma vida de poucas privações, é colocada como paradigma para toda a juventude. E os meios para alcançar tal padrão são encontrados na adoção de um correto programa de Educação Física. Tal concepção entende que independentemente das determinações impostas pelas condições de existência material, o indivíduo pode e deve “adquirir saúde”.

A Educação Física Higienista é uma concepção que se preocupa em erigir a Educação Física como agente de saneamento público, na busca de uma “sociedade livre das doenças infecciosas e dos vícios deteriorados da saúde e do caráter do homem do povo”.

## 2. EDUCAÇÃO FÍSICA MILITARISTA

Não se deve confundir a Educação Física Militarista com a Educação Física Militar. Apesar de, no caso concreto, ambas estabelecerem ligações, a Educação Física Militarista não se resume numa prática militar de preparo físico. É, acima disso, uma concepção que visa impor a toda a sociedade padrões de comportamento estereotipados, frutos da conduta disciplinar própria ao regime de caserna.

É óbvio que a Educação Física Militarista, como a Educação Física Higienista, também está seriamente preocupada com a saúde individual e com a saúde pública. Todavia, o objetivo fundamental da Educação Física Militarista é a obtenção de uma juventude capaz de suportar o combate, a luta, a guerra. Para tal concepção, a Educação Física deve ser suficientemente rígida para “elevar a Nação” à condição de “servidora e defensora da Pátria”.

Segundo a Educação Física Militarista, as possibilidades de educação popular são limitadas. Assim, a Educação Física funciona mais como selecionadora de “elites condutoras”, capaz de distribuir melhor os homens e mulheres nas atividades sociais e profissionais. O papel da Educação Física é de “colaboração no processo de seleção natural”, eliminando os fracos e premiando os fortes, no sentido da “depuração da raça”.

Na Educação Física Militarista, a ginástica, o desporto, os jogos recreativos etc. só têm utilidade se visam à eliminação dos “incapacitados físicos”, contribuindo para uma “maximização da força e poderio da população”. A coragem, a vitalidade, o heroísmo, a disciplina exacerbada compõem a plataforma básica da Educação Física Militarista.

Diferentemente da Educação Física Higienista, que se acredita capaz de “redimir o povo de seu pecado mortal, que é a ignorância”, e que o leva às condições de deterioração da saúde, a Educação Física Militarista, por sua vez, visa à formação do “cidadão-soldado”, capaz de obedecer cegamente e de servir de exemplo para o restante da juventude pela sua bravura e coragem.

## 3. EDUCAÇÃO FÍSICA PEDAGOGICISTA

Tanto a Educação Física Higienista como a Educação Física Militarista não colocam, de forma sistemática e contundente, a problemática da Educação Física como uma atividade prioritariamente *educativa*, ou seja, como disciplina comum aos currículos escolares. A Educação Física Pedagogicista é, pois, a concepção que vai reclamar da sociedade a necessidade de encarar a Educação Física não somente como uma prática capaz de promover saúde ou de disciplinar a juventude, mas de encarar a Educação Física como uma prática eminentemente educativa. E, mais que isto, ela vai advogar a “educação do movimento” como a única forma capaz de promover a chamada “educação integral”.

Nesta classificação existe uma nítida diferenciação entre instrução e educação. Assim, as diversas disciplinas escolares são “instrutivas”, enquanto que a Educação Física, mais rica, é também “educativa”. Nesse sentido é ela que colabora decisivamente, ou “pelo menos deveria colaborar se os órgãos públicos assim o desejassem”, para que a juventude venha a “melhorar sua saúde, adquirir hábitos fundamentais, preparo vocacional e racionalização do uso das horas de lazer”.

A Educação Física Pedagogicista está preocupada com a juventude que frequenta as escolas. A ginástica, a dança, o desporto etc., são meios de educação do alunado. São instrumentos capazes de levar a juventude a aceitar as regras de convívio democrático e de preparar as novas gerações para o altruísmo, o culto a riquezas nacionais etc.

O sentimento corporativista de “valorização do profissional da Educação Física” permeia a concepção pedagogicista. A Educação Física é encarada como algo “útil e bom socialmente”, e deve ser respeitada acima das lutas políticas dos interesses diversos de grupos ou de classes. Assim, é possível forjar um “sistema nacional de Educação Física”, “capaz de promover a Educação Física do homem brasileiro, respeitando suas peculiaridades culturais, físico-morfológicas e psicológicas”.

#### 4. EDUCAÇÃO FÍSICA COMPETITIVISTA

Como a Educação Física Militarista, a Educação Física Competitivista também está a serviço de uma hierarquização e elitização social. Seu objetivo fundamental é a caracterização da competição e da superação individual como valores fundamentais e desejados para uma sociedade moderna. A Educação Física Competitivista volta-se, então, para o culto do atleta-herói; aquele que a despeito de todas as dificuldades chegou ao *podium*.

Aqui a Educação Física fica reduzida ao “desporto de alto nível”. A prática desportiva deve ser “massificada”, para daí poder brotar os expoentes capazes de brindar o país com medalhas olímpicas. No âmbito da Educação Física Competitivista, a ginástica, o treinamento, os jogos recreativos etc. ficam submetidos ao desporto de elite. Desenvolve-se assim o Treinamento Desportivo baseado nos avançados estudos da Fisiologia do Esforço e da Biomecânica, capazes de melhorar a técnica desportiva. A Educação Física é sinônimo de desporto, e este, sinônimo de verificação de performance.

Como a Educação Física Pedagogicista, também a Educação Física Competitivista advoga uma neutralidade em relação aos conflitos político-sociais. O desporto é um bem em si, deve ser protegido por “qualquer tipo de governo”. Daí adquirir a literatura em Educação Física um caráter tecnicista, sobrecarregada de temas ligados ao Treinamento e as diversas variantes de questões relacionadas à Medicina Desportiva.

Apesar de negar, a Educação Física Competitivista é um ariete das classes dirigentes na tarefa de desmobilização da organização popular. Tanto o “desporto de alto nível”, que é o “desporto-espetáculo”, é oferecido em doses exageradas pelos meios de comunicação à população, como, explicitamente, é introduzido no meio popular através de ação governamental. O objetivo de “dirigir e canalizar energias” nem sempre é dissimulado. A Educação Física Competitivista faz parte, como as outras concepções que precederam esta exposição, daquilo que podemos chamar de arcabouço da ideologia dominante.

#### 5. EDUCAÇÃO FÍSICA POPULAR

Ao contrário das concepções anteriormente citadas, a Educação Física Popular não revela uma produção teórica (livros, periódicos, teses etc.) abundante e de fácil acesso. Podemos dizer, com certo cuidado, que a Educação Física Popular se sustenta quase que exclusivamente numa “teorização” transmitida oralmente entre as gerações de trabalhadores deste país. Boa parte dos documentos (jornais, revistas etc.) do Movimento Operário e Popular, que poderiam conter uma “teorização” ou pelo menos um relato sobre as práticas de Educação Física autônoma dos trabalhadores, não escapou aos olhos e garras incineradoras das classes dominantes. Ainda, do material existente é possível resgatar uma concepção de Educação Física que, paralela e subterraneamente, veio historicamente se desenvolvendo com e contra as concepções ligadas à ideologia dominante.

A Educação Física Popular não está preocupada com a saúde pública, pois entende que tal questão não pode ser discutida independentemente do levantamento da problemática forjada pela atual organização econômico-social e política do país. A Educação Física Popular também não se pretende disciplinadora de homens e muito menos está voltada para o incentivo da busca de medalhas. Ela é, antes de tudo, ludicidade e cooperação, e aí o desporto, a dança, a ginástica etc. assumem um papel de promotores da organização e mobilização dos trabalhadores. E, mais que isso, a Educação Física serve então aos interesses daquilo que os trabalhadores historicamente vêm chamando de “solidariedade operária”.

A Educação Física Popular não se pretende “educativa”, no sentido em que tal palavra é usada pelas demais concepções. Ela entende que a educação dos trabalhadores está intimamente ligada ao movimento de organização das classes populares para o embate da prática social, ou seja, para o confronto cotidiano imposto pela luta de classes.

## II. AS FILOSOFIAS SUBJACENTES ÀS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

### 1. EDUCAÇÃO FÍSICA HIGIENISTA

A Educação Física Higienista é uma concepção particularmente forte nos anos finais do Império e no período da Primeira República (1889-1930). Pode-se até mesmo dizer que esse período, que ultrapassa 40 anos, presenteou a Educação Física Higienista com a titulação de concepção hegemônica, frente a suas concorrentes mais próximas, principalmente a Educação Física Militarista.

A Educação Física Higienista é produto do pensamento liberal. O liberalismo do início do século XX em nosso país acreditou na educação, e particularmente na escola, como “redentora da humanidade” (cf. Saviani, 1983, p. 165). Sobre os ombros da educação e da escola foram depositadas as esperanças das elites intelectuais de construção de uma sociedade democrática e livre dos problemas sociais. Os liberais não titubeavam em jogar às costas da “ignorância popular” a culpa pelos problemas sociais que, em verdade, se originavam da perversidade do sistema capitalista.

É interessante reproduzir aqui uma passagem da figura paradigmática do liberalismo brasileiro, o advogado baiano Rui Barbosa:

Ao nosso ver a chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta, e somente esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra

a existência constitucional e livre da nação; eis o formidável inimigo intestino, que se asila nas entranhas do país” (Apud Ghiraldelli, 1986).

Coerente com a postura de quem acreditava na educação como a chave para as mazelas sociais, Rui soube expressar, enfaticamente, a necessidade da Educação Física que enraizasse na juventude hábitos higiênicos:

... é impossível formar uma nação laboriosa e produtiva, sem que a educação higiênica do corpo acompanhe *pari passu*, desde o primeiro ensino até o limiar do ensino superior, o desenvolvimento do espírito. Assim nessa quadra da vida estará arraigado o bom hábito, firmada a necessidade, e o indivíduo, entregue a si mesmo, não faltará mais a esse dever primário da existência humana. Acredita-se, em geral, que o exercício da musculatura não aproveita senão à robustez da parte impensante da nossa natureza, à formação de membros vigorosos, à aquisição de forças estranhas à inteligência. Grosseiro erro! O cérebro, a sede do pensamento, evolue o organismo; e o organismo depende vitalmente da higiene, que fortalece os vigorosos, e reconstitui os débeis (apud Lourenço Filho, 1954, p. 109).

Defendendo a tese de que a “higiene do corpo e a higiene da alma são inseparáveis”, Rui vai encontrar na Educação Física a disciplina escolar capaz de satisfazer o apetite infantil pelo movimento:

A primeira necessidade experimentada, na infância do indivíduo e na da humanidade, é a da mais plena satisfação da vida física. A par das funções nutritivas, o apetite do movimento, a mais invencível tendência à atividade corpórea, domina o homem nesse período de vida. Daí a importância da ginástica, da música, do canto no programa escolar. Atividade inteligentemente regulada, metodizada, fecundada pelo exercício geral e harmônico dos órgãos do movimento e do aparelho vocal; eis o primeiro dever da escola para com a infância, a homenagem

mais elementar rendida aos direitos da natureza na constituição normal do homem (apud Lourenço Filho, 1954, p. 110).

Contra as tendências “intelectualistas-espiritualistas”, que acusavam Rui de “materialista”, por estar advogando o cultivo do corpo, ele contestava:

A ginástica não é um agente materialista, mas, pelo contrário, uma influência tão moralizadora quanto higiênica, tão intelectual quanto física, tão imprescindível à educação do sentimento e do espírito quanto à estabilidade da saúde e ao vigor dos órgãos. Materialista de fato é, sim, a pedagógica falsa, que, descurando do corpo, escraviza irremissivelmente a alma à tirania odiosa das aberrações de um organismo solapado pela debilidade e pela doença. Nessas criaturas desequilibradas, sim, é que a carne governará sempre fatalmente o espírito, ora pelos apetites, ora pelas enfermidades (apud Lourenço Filho, 1954, p. 11).

Vários pontos defendidos pelo pensamento liberal em relação à Educação Física, e que desembocam naquilo que estamos designando de Educação Física Higienista, estão vivos, ainda hoje, permeando os discursos de autoridades governamentais, de pedagogos, de médicos e professores de Educação Física.

Mais recentemente, o fenômeno da proliferação das academias de ginástica, ainda se nutre, mesmo que minimamente, nessa crença, mais forte nas classes médias, de que existe uma real possibilidade de aquisição de saúde e beleza através da Educação Física. O cuidado com o corpo surge, então, desprendido das possibilidades (ou impossibilidades?) que cada indivíduo, inserido nesse sistema social, possui para adquirir e preservar a saúde e manter o padrão estético-corporal imposto pela mídia.

## 2. EDUCAÇÃO FÍSICA MILITARISTA

É corrente nos meios acadêmicos, políticos, jornalísticos etc. deste país um chiste sobre o caráter dos liberais brasileiros.

Dizem que nossos liberais são “liberais de fachada” e que, uma vez contrariados seus interesses, correm eles às portas dos quartéis na busca da intervenção militar sobre a sociedade e o Estado.

De fato, o pensamento liberal brasileiro muitas vezes não encontra saídas senão na invocação do militarismo. Particularmente, com a Educação Física esse dilema se verifica historicamente. Assim é que o próprio Rui Barbosa vai aconselhar às escolas a adoção da prática da Educação Física Militar. E, justificando, tenta ser persuasivo:

Ninguém nutre menos a tendência de militarização e de guerra do que nós. Mas a precisão, a decisão e a energia dos movimentos militares constituem, a par de um excelente meio de cultivo das forças corpóreas, um dos mais eficazes fatores na educação do caráter viril (apud Lourenço Filho, 1954, p. 110).

Talvez a influência militarista na Educação Física brasileira seja o componente forte e duradouro. E não é à toa. Em 1921, através de decreto, impôs-se ao país como método de Educação Física oficial, o famoso “Regulamento n. 7”, ou “Método do Exército Francês”. Em 1931, quando do início da vigência de legislação que colocou a Educação Física como disciplina obrigatória nos cursos secundários, o “método francês” foi estendido à rede escolar. Em 1933 foi fundada a Escola de Educação Física do Exército, que praticamente funcionou como pólo aglutinador e coordenador do pensamento sobre a Educação Física brasileira durante as duas décadas seguintes.

Todavia, como foi alertado nas páginas anteriores, não podemos confundir Educação Física Militar com Educação Física Militarista. A segunda, concretamente no caso brasileiro, se compõe como uma concepção de Educação Física inspirada no fascismo. Portanto, em certo sentido, suas propostas e conclusões vão se distinguir da Educação Física Higienista, de inspiração liberal.



A Educação Física Militarista, coerente com os princípios autoritários de orientação fascista, destacava o papel da Educação Física e do Desporto na formação do homem obediente e adestrado. É interessante observar, na fala de seus representantes, a analogia entre a atividade desportiva e a atividade militar:

O estádio, como o quartel, desperta o sentimento da obediência às regras das operações; adentra a capacidade aplicada ao raciocínio e à decisão; remarca o cunho da solidariedade e aprofunda os laços de respeito ao valor, à autoridade e ao dever (Lyra Filho, 1958).

A idéia central de tal concepção era o “aperfeiçoamento da raça”, seguindo assim as determinações impostas pelas falsas conclusões encetadas pela biologia nazifascista. Daí a Educação Física funcionar como atividade “aceleradora do processo de seleção natural”:

Cabe aos esportes suprir as falhas dos processos de seleção racial e do seu aperfeiçoamento (Souza Ramos, 1936).

O objetivo a atingir com a “militarização espiritual” (Calmon, 1938) era a formação de “elites representativas” a “exemplo do super-homem de Nietzsche”. É significativa, também, a idéia de utilizar a Educação Física como meio primordial de forjar “máquinas humanas” a serviço da Pátria:

As etapas a vencer ao serviço da Pátria, exigem cada vez mais um corpo são, pois com o enobrecimento físico surgirá uma alma sadia, pensamentos são e desdobramento do esforço coletivo. Surgirá uma consciência nacional, uma nova mentalidade e possibilidades decorrentes de cada um se transformar numa máquina de colaboração e rendimento (Vasconcelos, 1938).

Esse “amor à Pátria” cultivado pela Educação Física Militarista assume as colaborações belicosas do nazifascismo. A Educação Física Higienista, preocupada com a saúde, perde terreno para a Educação Física Militarista que subverte o próprio conceito de saúde. A saúde dos indivíduos e a saúde

pública, presentes na Educação Física Higienista de inspiração liberal, são relegadas em detrimento da “saúde da Pátria”:

Quando Hitler, ante a questão guerreira do momento, exclamou, ao seu povo, “Ai dos débeis!”, frisou a questão guerreira de todos os tempos. A saúde da Pátria não é o seu progresso, nem sua cultura, nem o seu exemplo de moralidade, nem a conquista da ciência, nem o impulso idealista de sua gente. A saúde da pátria é a capacidade de manter o que possui, impondo-se ao respeito internacional — é a Força (Coelho, 1935).

A maioria das falas reproduzidas acima foram publicadas, pela primeira vez, na *Revista da Escola de Educação Física do Exército*. Tal instituição absorveu com entusiasmo a ideologia fascista e, em pouco tempo, tornou-se centro irradiador dessa concepção para todo o país. É óbvio que, derrotado o nazifascismo após 1945, a Educação Física Militarista foi obrigada a se reciclar, despojando-se dos argumentos mais comprometidos com o espírito belicoso. Isto não significa, de maneira alguma, que a prática da Educação Física, após a derrota do nazifascismo, tenha-se livrado dos parâmetros impostos pela Educação Física Militarista. De fato, ainda hoje, em qualquer aula de Educação Física deste país, é possível encontrar resquícios dos princípios norteadores da prática ginástica e desportiva fascista.

### 3. EDUCAÇÃO FÍSICA PEDAGOGICISTA

Pode-se dizer que a Educação Física Pedagogicista se sustenta, como a Educação Física Higienista, em matizes do pensamento liberal. Todavia, é precioso entender aí que não se trata de liberalismo do início do século, que sonhava com uma “desodorização e higienização” da sociedade, mas sim de uma concepção que busca integrar a Educação Física como “disciplina educativa por excelência” no âmbito da rede pública de ensino.

Esta concepção ganha força principalmente no período pós-guerra (1945-1964). O liberalismo subjacente à Educação

Física Pedagogicista está impregnado das teorias psicopedagógicas de Dewey e da sociologia de Durkheim. Portanto, se podemos aceitar tal concepção como um avanço em relação a Educação Física Militarista, nada nos autoriza a considerá-la uma teoria progressista.

Entre 1945 e 1964, aumentam os estudos sobre Educação Física Comparada. As revistas brasileiras dedicadas à Educação Física não se cansam de publicar artigos mostrando a organização dos Desportos e da Educação Física nos países desenvolvidos. O modelo americano é o mais cativante no meio da intelectualidade universitária ligada às Escolas de Educação Física. Assim, os teóricos da Educação Física não titubeavam em admirar os balizamentos oferecidos pelo modelo americano:

(...) Segundo a Associação Nacional de Educação Física dos Estados Unidos, são os seguintes os fins da educação: “Saúde, desenvolvimento de habilidades fundamentais para a vida, formação de caráter e desenvolvimento de qualidades dignas de um bom membro de família e bom cidadão, aproveitamento sadio das horas livres ou de folga e, finalmente, preparação vocacional (...)”

*Saúde:* a educação física pode contribuir igualmente para a saúde física e mental, através de atividades consideradas fisicamente saudáveis e mentalmente estimulantes (...)

*Habilidades fundamentais:* dentre as habilidades fundamentais de toda sorte, de que o indivíduo necessita para assegurar seu completo bem-estar e ajustamento, salientam-se as habilidades físicas como uma necessidade fundamental em todas as idades (...)

*Caráter e qualidades mínimas de um bom membro de família e bom cidadão:* a educação física é uma fase de trabalho escolar que particularmente se presta para o desenvolvimento do caráter (...)

*Preparação vocacional:* certos tipos de atividades físicas, especialmente as competições desportivas, desenvolvem controle emocional e qualidade de comando e liderança (...)

*Uso contínuo das horas livres ou de folga:* o mau aproveitamento desse tempo pode destruir a saúde, reduzir a

eficiência e quebrar o caráter, além de degradar a vida (...) (Silva, 1950).

Acredito que o texto do professor Antônio Boaventura da Silva — que foi professor da Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo — reproduzido acima em seus pontos mais significativos, ilustra muito bem a penetração do liberalismo americano dos anos 50 na consciência dos teóricos responsáveis pela elaboração e divulgação daquilo que estamos chamando de Educação Física Pedagogicista.

Em termos históricos, é preciso ter claro que a adoção da Educação Física Pedagogicista, ligada ao trabalho escolar e muito influenciada pelas teorias escolanovistas de Dewey, não significa o abandono, na prática, de uma Educação Física comprometida com uma organização didática ainda sob parâmetros militaristas. Afinal, não podemos esquecer que até os anos 50 o “Regulamento n. 7”, ou “Método Francês”, era oficialmente obrigatório como diretriz da prática da Educação Física na rede escolar brasileira.

Todavia, essa nova concepção inaugura formas de pensamento que, aos poucos, alteram a prática da Educação Física e a postura do professor. Tais novas formas de pensamento vão instaurar uma apologia da Educação Física enquanto “centro vivo” da escola pública, responsável por todas as particularidades “educativas” das quais as outras disciplinas, as “instrutivas”, não poderão cuidar. As fanfarras da escola, os jogos intra e inter-escolares, os desfiles cívicos, a propaganda da escola na comunidade, tudo isso passa a ser incumbência do professor de Educação Física. Este elemento, abnegadamente, deve, além das aulas, cumprir sua função de “educador” e até mesmo de “líder na comunidade”. A Educação Física, acima das “querelas políticas”, é capaz de cumprir o velho anseio da educação liberal: formar o cidadão.

#### 4. EDUCAÇÃO FÍSICA COMPETITIVISTA

A partir dos anos 20 e 30, progressivamente, o “desporto de alto nível” ganhou espaço no interior da sociedade e, con-



seqüentemente, da Educação Física. Nos anos 60-70, praticamente cria-se uma situação inédita: o “desporto de alto nível” subjugava a Educação Física, tentando colocá-la como mero apêndice de um projeto que privilegia o Treinamento Desportivo.

A idéia liberal presente na Educação Física Pedagógica, que encara a Educação e, por extensão, a Educação Física, como algo neutro, necessariamente acima dos conflitos sociais, cresce e ganha corpo na Educação Física Competitivista. O “desporto de alto nível” é o paradigma para toda a Educação Física. E tal prática está vinculada ao alto grau de avanço científico nas áreas da Fisiologia do Esforço, da Biomecânica, do Treinamento Desportivo etc. A Tecnologia crescente dos periódicos de Educação Física nos anos 60-70 reflete esse momento e desnuda o núcleo central da Educação Física Competitivista. A tecnização, com sua aparente aura de neutralidade científica, casa-se perfeitamente bem com os interesses da Educação Física Competitivista.

O sustentáculo ideológico dessa concepção é a própria ideologia disseminada pela tecnoburocracia militar e civil que chegou ao poder em março de 1964. A ideologia do “desenvolvimento com segurança”, produzida e divulgada na Escola Superior de Guerra — ESG —, deu o tom principal para a idéia de uma tecnização da Educação e da Educação Física no sentido de uma racionalização despolitizadora (cf. Ghiral-delli, 1986a), capaz de aumentar o rendimento educacional do país e, na área da Educação Física, promover o desporto representativo capaz de trazer medalhas olímpicas para o país.

Dentro desses ideais funciona a idéia central de “unidade nacional em torno do Brasil-Potência”. Segundo o governo ditatorial, fazia-se necessário eliminar as críticas internas e deixar transparecer um clima de prosperidade, desenvolvimento e calma. Os problemas políticos “desapareceram” com a censura à imprensa e com a expulsão do país de brasileiros descontentes com um regime cada vez mais opressivo. Os problemas deixavam de ter conotação política, dado que o Governo anunciava soluções providas da tecnoburocracia que, “cientificamente”, gerenciava o país. A Educação Física se alinhou

facilmente a esses designios; em editorial de 1969, o *Boletim Técnico Informativo* da Divisão de Educação Física do MEC colocava a prioridade máxima nessa nova concepção de vida imposta aos brasileiros e, em particular, aos professores de Educação Física:

(...) Combatem-se a malquerência, a maledicência, a crítica destrutiva, que dividem, que desunem e obstam os nossos esforços em ajudar o nosso atual governo a construir **uma grande Nação, mais forte, mais acatada e acreditada no conceito das demais Nações: O BRASIL GRANDE.**

— Procura-se elevar o nível e o conceito do professor de Educação Física, incentivando-o ao estudo, à pesquisa, à elaboração de trabalhos e planos que são difundidos entre leigos e licenciados.

— Procura-se dar estrutura moderna a toda uma organização arcaica, obsoleta, ultrapassada, que foi legada aos atuais dirigentes da Nação pela imprevidência, desorganização político-administrativa, descrença, quando não por falta de patriotismo de alguns antecessores, muitos dos quais apenas tiveram em mente atrelar um País de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e cerca de 90 milhões de habitantes à orientação de países cuja filosofia de governo não se coaduna com a nossa formação e índole.

— Quer-se dar ao professor de Educação Física a convicção de que ele, por força da profissão, é um condutor de jovens, um líder e não pode aceitar ser conduzido por minorias ativas que intimidam, que ameaçam e, às vezes, conseguem, pelo constrangimento, conduzir a maioria acomodada, pacífica e ordeira (Ferreira, 1969).

É preciso também notar que, se por um lado a Educação Física Competitivista era incentivada pela ditadura pós-64, pois tal concepção ia no sentido da proposta de um “Brasil Grande”, capaz de mostrar sua pujança através da conquista internacional, por outro lado, obviamente, esse não era o único interesse governamental ao endossar tal concepção.

Na verdade, o “desporto de alto nível”, divulgado pela mídia, tinha o objetivo claro de atuar como analgésico no movimento social. A preocupação com a possibilidade do aumento das horas de folga do trabalhador, que mesmo um sindicalismo amordaçado poderia conseguir, incentivava o governo a procurar no desporto a fórmula mágica de entretenimento da população. A *Revista Brasileira de Educação Física*, do Ministério da Educação e Cultura — MEC —, em meados dos anos 70, ao discutir a criminalidade, enfatizava a necessidade do desporto no meio operário para “canalizar energias”:

Não tenho dúvida em afirmar que o papel da Educação Física se ombreia aos ensinamentos de cunho religioso. Pois se, às vezes, até as convicções religiosas afastam pessoas, grupos da convivência social, a Educação Física, principalmente através dos desportos, aproxima, une, dirime dissidências, extingue preconceitos (...)

Se fatigarmos o corpo e orientarmos o espírito sem rumo do desocupado, do ocioso, ele buscará a recuperação no leito, no descanso, e não no bar, nas esquinas (...)

Se dermos ao operário de corpo cansado, após uma jornada laboriosa, uma atividade desportiva sadia, o seu repouso será bem mais reconfortante, sofrendo nele, por vezes, a revolta contra os patrões, contra a própria atividade funcional.

Se na escola aplicamos uma atividade física adequada, ajudamos os jovens a suportar os desajustes familiares.

Quanto mais quadras de esporte, menos hospitais e menos prisões. Quanto mais calção, menos pijamas de enfermos e menos uniformes de presidiários (...) (Souza, 1974).

Essa política nacional de Educação Física, respaldada na teoria da Educação Física Competitivista é, hoje, o ariete poderoso que atravessa a sociedade hegemonicamente. É óbvio que a concepção competitivista não se enraíza na prática e no cotidiano popular, de forma pura, e sim mesclada com todas as outras tendências que, historicamente, foram fixando marcos no pensamento social brasileiro. O culto ao atleta-herói, ao individualismo, é marca registrada divulgada e glorificada pela

imprensa. A idéia de “conquistar um lugar ao sol pelo esforço próprio” é ilustrada a todo momento com os ídolos do desporto, principalmente aqueles provindos dos lares mais pobres e que se destacam em grandes campeonatos nacionais e internacionais e que, em verdade, escondem a verdadeira falta de oportunidade de enriquecimento material e cultural em que vive a maior parte da população.

## 5. EDUCAÇÃO FÍSICA POPULAR

É preciso entender que não estamos considerando a Educação Física Popular como a Educação Física praticada por todo o povo (ou melhor, a Educação Física eventualmente praticada pelo povo). A Educação Física Popular é, sim, uma concepção de Educação Física que emerge da prática social dos trabalhadores e, em especial, das iniciativas ligadas aos grupos de vanguarda do Movimento Operário e Popular. Assim, como todas as outras concepções levantadas até aqui, a Educação Física Popular não pode ser encontrada em forma imaculadamente pura na sociedade. Todavia, à medida que nos aproximamos das experiências encetadas pelos núcleos mais conscientes do Movimento Operário é possível resgatar uma concepção de Educação Física relativamente mais autônoma.

O Movimento Operário e Popular no Brasil iniciou-se, praticamente, com a República. Várias correntes de pensamento disputaram a hegemonia do Movimento nos seus primeiros 40 anos de existência. No início, as vanguardas de orientação social-democrata estiveram à frente das movimentações. Todavia, nem bem iniciou-se o século atual e perderam a hegemonia para adeptos do anarquismo e anarco-sindicalismo. Por fim, nos anos 20, através de uma dissidência do anarco-sindicalismo surgiu o PCB (Partido Comunista Brasileiro),\* que passou a exercer crescente influência nas classes populares urbanas.

\* Hoje, diferentemente dos anos vinte ou trinta, existem dois partidos comunistas: o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PC do B (Partido Comunista do Brasil). O segundo é uma dissidência do primeiro ocorrida em 1961.

A Educação Física e o Desporto não eram vistos com bons olhos pelas lideranças anarquistas. No entanto, com o PCB à frente do Movimento Operário e Popular, tal interpretação caiu por terra. O Partido organizou campeonatos de natação e outros desportos, em bairros populares, com grande sucesso. O jornal oficial do Partido, “A Nação”, no final dos anos 20, promoveu e organizou a prática desportiva popular, incentivando o operariado jovem à frequência do desporto lúdico (cf. Ghiraldelli, 1987).

Após a II Guerra Mundial, quando da redemocratização do país (fim da Ditadura do Estado Novo varguista), no curto período em que o Partido saiu da clandestinidade, novamente as preocupações com a Educação e, em particular, com a Educação Física, vieram à tona por parte do Movimento Operário e Popular. Por ocasião da formação, em diversos bairros das grandes cidades, dos Comitês Populares Democráticos, a questão Educacional e também a questão do Lazer e da Educação Física se integraram no rol de preocupações do Movimento Operário e Popular. Os Comitês, formados inicialmente no sentido de lutarem pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte, rapidamente se tornaram agremiações reivindicadoras e organizadoras, que desejavam a participação do Poder Público na tarefa de construção de escolas, quadras desportivas, jardins de infância, praças etc. (cf. Ghiraldelli, 1986b).

No interior desses movimentos, forjou-se a concepção de Educação Física Popular, privilegiando a ludicidade, a solidariedade e a organização e mobilização dos trabalhadores na tarefa de construção de uma sociedade efetivamente democrática.

### III. EDUCAÇÃO FÍSICA E PROCESSO HISTÓRICO

Abordamos as concepções de Educação Física presentes na realidade brasileira de forma analítica. Procuramos levantar as características fundamentais e essenciais a cada uma das concepções de Educação Física que, num primeiro momento, emergem empiricamente do contexto social. Cabe, agora, recolocar cada uma dessas tendências da Educação Física no contexto social e apreender suas relações concretas com o processo histórico.

É preciso alertar que este texto não é, de forma alguma, um texto de “história da Educação Física”. Trata-se, sim, de um escrito conciso, preocupado em estabelecer as relações do pensamento de diversos setores da sociedade sobre a Educação Física com o desenvolvimento econômico, social e político do país.

Em 1921 o Brasil adotou como “método oficial de Educação Física” o “Regulamento n. 7”. Esse foi, obviamente, um marco no sentido de romper com a hegemonia da concepção Higienista e dar impulso à Educação Física Militarista.

Todavia, essas mudanças de enfoque não ocorrem da noite para o dia e, falando em termos concretos, talvez nunca tenham realmente ocorrido. Isso porque, de fato, a concepção Higienista se fez necessária durante toda a Primeira República e, em certo sentido, teve de ser absorvida pela concepção Militarista.

O desenvolvimento da Educação Física Higienista esteve ligado, como não poderia deixar de ser, às preocupações das elites com os problemas advindos da pequena — mas signi-

ficativa — industrialização do período final do Império e de toda a Primeira República.

A industrialização e a urbanização de certas regiões do país, principalmente Rio e São Paulo, trouxeram, de forma repentina, uma série de problemas que as elites brasileiras pensavam existir apenas na Europa. O inchaço das cidades, a formação de “bairros operários” insalubres, a proliferação de doenças infecciosas provindas das precárias condições de vida forçadas por um capitalismo atabalhado colocaram as elites atônitas.

Dentro do pensamento liberal de boa parte das elites não havia espaço para uma interpretação avançada, capaz de assumir que eram as condições criadas pelo modelo econômico as verdadeiras causas da problemática social. Mesmo que o liberalismo identificasse nas condições de existência material a origem da problemática social, suas propostas para o impasse eram idealistas; atribuíam à Educação o poder sobrenatural de reformar a sociedade. Por extensão, advogavam uma Educação Física que reeducasse toda a população, e principalmente os trabalhadores, no sentido de condicioná-los a hábitos higiênicos e saudáveis.

É óbvio que o liberalismo reinante não significava imobilismo do governo e das classes dirigentes. Os grupos dominantes aplicavam uma política de “desodorização do espaço urbano” e de “gestão higiênica da miséria” (cf. Rago, 1985). Tal estratégia político-administrativa adquiria, não raro, respaldo do cientificismo da época, que desejava organizar e disciplinar o espaço urbano, separando o operariado das demais classes e tomando medidas higiênicas em relação à habitação operária.

A atuação do médico e empresário Jorge Street, nos anos 10 e 20, ilustra muito bem o que certos setores da burguesia industrial nascente pensavam sobre a problemática social no Brasil. Street, preocupado com o aumento do número de greves e com a constante e crescente mobilização e organização dos trabalhadores urbanos, construiu ao redor de sua fábrica de tecidos, em 1916, a Vila Maria Zélia, com o objetivo prioritário de fixar a força produtiva ao redor da unidade de produção

e, ao mesmo tempo, aumentar o controle sobre a vida privada dos trabalhadores, a fim de “balizar o comportamento higiênico, moral e educacional” do operariado. É interessante reproduzir aqui a fala do próprio Street:

Em redor da fábrica mandei construir casas para moradia dos trabalhadores, com toda a comodidade e conforto da vida social atual (...) depois um grande parque com coreto para concertos, salão de representações e baile; escola de canto, coral e música, um campo de futebol; uma igreja com batistério; um grande armazém com tudo o que o operário possa ter necessidade para sua vida (...), uma sala de cirurgia-modelo e uma grande farmácia (...), uma escola para os filhos de operários e creches para lactantes (...) Quis dar ao operário (...) a possibilidade de não precisar sair do âmbito da pequena cidade que fiz construir à margem do rio, nem para a mais elementar necessidade da vida (...) Consegui, assim, proporcionando, também, aos operários, distração gratuita dentro do estabelecimento, evitar que freqüentem bares, botequins e outros lugares de vício, afastando-os especialmente do álcool e do jogo (apud Rago, 1985, p. 178).

A fala de Street exemplifica muito bem as determinações da burguesia industrial nascente no sentido de “montar uma classe operária dócil e reeducável”. Não é difícil perceber que no bojo desse projeto havia espaço garantido para a frutificação de uma Educação Física capaz de garantir lazer e entretenimento aos trabalhadores e, mais que isso, discipliná-los para uma “vida higienizada, sexualmente regrada e moralmente sadia”.

A Educação Física Higienista foi, em grande parte, absorvida pela concepção Militarista. Não podemos ignorar que os primeiros esforços do Brasil republicano no sentido de formar profissionais na área da Educação Física partiram de instituições militares. A primeira instituição prioritariamente voltada para a formação de professores de Educação Física foi a Escola de Educação Física do Exército, fundada em 1933. Antes disso o mercado de trabalho nessa área era parcialmente suprido

pelas escolas de Educação Física da Força Policial de São Paulo e pelo Centro de Esportes da Marinha, no Rio de Janeiro. Tudo isso, de fato, contribuiu decisivamente para a incorporação de regras e princípios provindos do meio militar na Educação Física brasileira.

O caráter da concepção Militarista em Educação Física não estava propriamente em seu cunho militar, mas sim na aceitação de um pensamento autoritário e politicamente reacionário que, desde os anos 10 rondava a caserna. De fato, desde as primeiras décadas da Primeira República, setores do Exército Nacional envolveram-se com entidades da sociedade civil de tendências autoritárias e mesmo protofascistas. Havia uma certa identidade de interesses entre os militares e a Liga da Defesa Nacional, criada em São Paulo no ano de 1916 no sentido de “propagar a instrução primária, profissional, militar e cívica; defender, com disciplina, o trabalho”. O mesmo pode-se dizer da Liga Nacionalista de 1917, formada por representantes da burguesia paulista e com objetivos que iam desde o incentivo às campanhas de alfabetização até o combate sistemático às agitações operárias (cf. Carvalho, 1978). Nos anos 20, o pensamento conservador se expressou em boa parcela na produção literária ligada ao Movimento Modernista. Finalmente, na década de 30, a concepção de mundo de extrema-direita, latente nas décadas anteriores, se explicita e desabrocha na formação da AIB — Ação Integralista Brasileira — que conquistou elementos na Igreja e no Exército.

Com o advento do clima de belicosidade na Europa e a ascensão do fascismo e do nazismo e, principalmente, com o aumento das relações comerciais entre Brasil e Alemanha, estava aberto o canal de tráfego para a veiculação do pensamento reacionário no país. A essa altura, o Exército priorizava dois projetos: em primeiro lugar, via com bons olhos o desenvolvimento da Alemanha como potência autônoma, o que servia de exemplo no Exército Nacional no sentido de apostar na industrialização de base do país, o que certamente possibilitaria o surgimento da indústria bélica nacional e, assim, a possibilidade de transformar o Exército numa instituição forte e respeitada interna e externamente. Em segundo lugar, fazia-se

necessário resolver um problema mais imediato de manutenção e reaparelhamento bélico do país, e para tal o Exército concordava plenamente com o governo Vargas na compra de armas da Alemanha Nazista através de acordos facilitados (cf. Tronca, 1986).

No interior dessa conjuntura, a Educação Física brasileira, praticamente monopolizada pelo pólo aglutinador em que se transformou rapidamente a Escola de Educação Física do Exército, incorporou facilmente a ideologia fascista. A revista da Escola estampava em seus editoriais, sucessivamente, as célebres palavras de Mussolini sobre a Educação Física:

O vigor mental e físico não se adquire, senão mediante firmes esforços, duras provas e constante luta. É uma lei natural que, quando qualquer órgão não age, se atrofia (...) A aquisição e a conservação da saúde exigem ação, ação agressiva, disciplina sem desfalecimentos ... e vontade (...) Corpo saudável é corpo combatente (...) Movimento e agressividade, agilidade corporal se corresponderão com idênticas virtudes mentais (...) (Mussolini, 1933).

Esse clima de entusiasmo pelo nazifascismo foi, em parte, contido nos anos 40, principalmente quando da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados. A Guerra provocou alterações profundas no país. O próprio regime político instaurado em 1937 — A Ditadura Vargas intitulada “Estado Novo” — sofreu sérios abalos com a entrada do país no Conflito Mundial. A situação interna se tornava incoerente e insustentável; como aceitar o derramamento de sangue brasileiro na Europa, na luta contra as ditaduras fascistas quando, internamente, sustentávamos um regime inspirado em princípios semelhantes? Assim, pode-se dizer que, em certo sentido, o fim da Guerra e a vitória dos Aliados trouxe, para o Brasil, o término do Estado Novo e a queda do Governo Vargas.

O período que se iniciou após 1945, e que costumeiramente chamamos de período da democracia populista, envolveu a Educação Física brasileira na rede de novo arcabouço ideoló-



gico. A concepção Militarista cedia espaço à Educação Física Pedagógicista.

A Educação Física Pedagógicista está intimamente ligada ao crescimento da rede de ensino público nos anos 50 e 60. O desenvolvimento industrial e a urbanização relativamente acelerada do Brasil, acoplada a um regime político que, ainda que formalmente, baseava-se no voto, trouxe para as elites dirigentes o fenômeno da pressão popular em torno de novas oportunidades de ascensão social. Dentro desse movimento a escola pública se consubstanciou, sem dúvida, numa reivindicação constante das classes populares. A democracia populista, suscetível a tais anseios, viu-se na obrigação de ampliar a rede pública de ensino. Só para ilustrar, arrisco citar o fato de que em 1940, no Estado de São Paulo, existiam apenas 41 ginásios públicos e que, em 1962, o ensino oficial secundário contava já com 561 estabelecimentos! (cf. Beisiegel, 1984).

O crescimento da rede pública de ensino e a conseqüente extensão da prática de uma Educação Física sistemática e metodizada a setores da população até então não-beneficiados provocaram um redirecionamento da teoria da Educação Física brasileira. A Educação Física, como disciplina de Escola Pública, deveria voltar-se, então, para a sua maior clientela: o aluno das camadas assalariadas urbanas que chegavam, a cada ano em maior quantidade, aos bancos escolares.

A concepção Pedagógicista em Educação Física recebeu seu impulso vital principalmente nos anos 50, entrelaçada com a ideologia nacionalista-desenvolvimentista do Governo JK.

A ideologia nacionalista-desenvolvimentista juscelinista, também endossada conflituosamente pelo ISEB — Instituto Superior de Estudos Brasileiros —, pregava o desenvolvimento restrito à mera industrialização e ao intenso aumento de produtividade. Tal pensamento entendia o desenvolvimento circunscrito a uma necessária aliança de classes, com patrões e empregados, dentro da lei e da ordem, resolvendo seus litígios pacífica e harmonicamente em prol dos “interesses maiores” da unidade nacional (cf. Vieira, 1981, pp. 87-88).

Essa ideologia, que buscava o amortecimento e o mascaramento da luta de classes, obviamente não poderia inspirar um projeto educacional voltado para o homem concreto, ou seja, para o homem inserido no contexto real de uma sociedade enodada pelos conflitos classistas. A Educação Física Pedagógicista, envolvida por esse pensamento, vai dirigir seu discurso para a entidade humana abstrata, deslocando a Educação Física para a tarefa de “promover o homem” como ser genérico e incapaz de sustentar divergências com seus semelhantes.

É elucidativo reproduzir um trecho da fala de um professor da Escola Nacional de Educação Física (Rio), estagiário do ISEB, onde fica mais ou menos claro o endosso de um certo humanismo idealista como diretriz para a Educação Física brasileira:

A matéria-prima da educação física e o ser humano — com todas as suas dimensões. Acentuemos com certa ênfase a sua dimensão histórica, pois o homem é um produto da história, entendida esta não no seu aspecto episódico ou na mera crônica dos fatos, mas como a marcha do humano em busca do seu sentido profundo. Daí a magna importância da Educação Física. Concorrerá ela, efetivamente ou não, conforme a sua docência, para que o homem em todas as fases e situações existenciais — atualize as potencialidades, em benefício próprio e das necessidades comunitárias, sempre mais complexas em uma sociedade economicamente em ritmo acelerado de industrialização e, politicamente, democrática (...) (Faria, 1957).

Seria arriscado afirmar que essa concepção se tenha alastrado de forma considerável. A verdade é que no interior da concepção Pedagógicista desenvolveu-se, com apetite voraz, o culto ao “desporto-espetáculo” e às tendências tecnicistas do “desporto de alto nível”, mais tarde incentivadas e endossadas pelos detentores do poder após o Golpe de 64.

Se fosse possível resumir em poucas frases as situações que levaram ao Golpe de 64, diria que tal desfecho veio “resolver” um problema latente na sociedade brasileira dos

anos 60 que, basicamente, se expressava na contradição entre a ideologia oficial e a prática enredada pela política econômica de boa parte das elites dominantes representadas pelos governos populistas.

De fato, no plano superestrutural, parte das elites dirigentes tentava seduzir os trabalhadores através do nacionalismo-desenvolvimentista, que anunciava o progresso com a instalação de um “capitalismo nacional”, voltado para o mercado interno e capaz de gerar frutos para todas as classes sociais. Na prática, porém, a política nacionalista dos governos populistas era tímida. O que se verificava no âmbito estrutural era uma economia internacionalizada e cada vez mais aberta à penetração e predomínio do capital estrangeiro. Assim, de duas uma: ou se alterava a ideologia subjugando-a ao modelo econômico ou, então, realmente partia-se para uma ruptura capaz de alterar o modelo econômico, levando às últimas consequências a radicalização do nacionalismo (como premonizavam as esquerdas através da “Reforma de Base”). Como sabemos, no confronto político, as forças conservadoras, que apostavam na primeira opção, levaram a melhor carregando o país para vinte e longos anos de Ditadura Militar (cf. Bresser Pereira, 1985, pp. 95-120).

Com a Ditadura Militar ganhou corpo a Educação Física Competitivista. Num texto recente e emocionante, Luís Antônio Cunha capta alguns aspectos interessantes do relacionamento da Ditadura Militar com a Educação Física:

Convergente com essa orientação conservadora da Educação Moral e Cívica, a ditadura enfatizou também a Educação Física. As duas disciplinas já formavam um par coerentemente conservador no Estado Novo e assim foram retomadas após o golpe de 1964.

A idéia-força de ênfase na educação física era a seguinte: o estudante, cansado e enquadrado nas regras de um esporte, não teria disposição para entrar na política. Esta idéia era, aliás, adaptada de outra que os militares desenvolveram para os recrutas e os alunos das escolas militares. A técnica de controle que os militares estabeleceram fez

com que fossem abrindo caminho nas organizações voltadas para a educação física e os desportos, na burocracia do Ministério da Educação — a que essa área está afeta — e fora dela. Em todos esses órgãos havia a presença maciça de militares em cargos de direção.

Sob os generais Geisel e Ney Braga, as bolsas de estudo deveriam ser concedidas, de preferência, aos alunos de qualquer nível que se sagrassem campeões desportistas. Com isso, visava-se uma seleção às avessas: ao invés do desempenho intelectual e profissional, o desempenho desportivo. E houve universidades, como a Gama Filho no Rio de Janeiro, que levaram esse espírito às últimas consequências, com rendosos frutos para o patrimônio de sua entidade mantenedora.

Buscava-se com essa política desportiva produzir a “coesão nacional e social” que a ditadura não havia conseguido com o Mobral nem com a propaganda via Televisão (Cunha, 1985, p. 80).

O texto acima capta o objetivo nuclear da Educação Física Competitivista, que era o amortecimento da população (estudantil e trabalhadora) para perpetuar a dominação. E aí é preciso ter claro que não se efetivava a dominação pela dominação; o que se pretendia era o extermínio de qualquer tipo de oposição que não aceitasse a continuidade do modelo econômico internacionalizado e, também, a troca da ideologia nacionalista-desenvolvimentista (ISEB) pela nova ideologia na “segurança com desenvolvimento” (ESG).

Empiricamente, é possível constatar dois produtos da Ditadura Militar: por um lado a exacerbação da repressão, levando a tortura e o terrorismo a milhares de brasileiros; por outro, a produção de avolumado cipoal legislativo. No âmbito da Educação Física, especificamente, vale a pena ressaltar, entre tantas, uma peça da legislação autoritária que trouxe o micróbio maligno da Educação Física Competitivista para o interior das escolas. No caso da Secretaria de Educação de São Paulo, é interessante notar a resolução de 18-2-1971, pela qual foi introduzida na rede de ensino de 1.º e 2.º grau

a possibilidade de criação de “Turmas de Treinamento”. Por essa resolução, na verdade, o Governo criou dois tipos distintos de Educação Física na rede escolar. Uma Educação Física destinada às elites, ou seja, aos alunos que possuíam algum conhecimento prévio de determinado desporto e que deveriam integrar as “Turmas de Treinamento”. Outra Educação Física destinada àquilo que, com o passar dos anos, ficou conhecido como “rebotalho”, que eram os alunos não-iniciados desportivamente, e que continuavam nas “turmas normais de ginástica” (cf. Ghiraldelli, 1986c). Essa legislação vigora até hoje e, certamente, não é preciso nenhum critério científico para percebermos que ela reproduz, no interior da aula de Educação Física, a perversa divisão classista da sociedade.

Essa hierarquização desportiva só poderia ser alcançada através de “massificação” das atividades desportivas; os teóricos da Educação Física ligados à ditadura não escondiam, de forma alguma, os reais desejos de, pela “massificação” e pela hierarquização desportiva, inocular o germe da competitividade por toda a sociedade brasileira. A *Revista Brasileira de Educação Física* do MEC, em 1974, anunciava de maneira clara tais intenções:

A Revolução, que, por meio dos princípios que a norteiam, deu ao Brasil liberdade com responsabilidade, tem nas atividades físicas uma das suas metas prioritárias (...). Quanto ao desporto, precisamos agir no sentido de massificar a sua prática pela vastidão enorme do nosso território, criando na nossa gente, ao lado de alto espírito de desportividade, mente sadia, corpo vigoroso e caráter firme. Desportistas que, no dizer de Diem, sejam soldados da evolução e duma humanidade melhor. Desportistas imbuídos do desejo competitivo, expresso pelo lema *citius, altius fortius* (Ramos, 1974).

O regime militar, que deu sustentação à Educação Física Competitivist, funcionou no Brasil entre 1964 e 1985. Resumidamente, é possível caracterizá-lo, em linhas gerais, como um regime de pacto entre a burguesia industrial brasileira, os capitalistas internacionais e a tecnoburocracia militar e civil. A par-

tir de 1974, essa aliança passou a dar indícios de franca decomposição. Aos poucos, a burguesia industrial dava mostras de que desejava livrar-se da tecnoburocracia militar e civil que havia se apossado da direção do Estado. Essa rachadura no bloco dominante foi aproveitada pelas camadas populares, que pressionavam e exigiam a redemocratização do país. Esse desenvolvimento político iniciou-se com a vitória esmagadora das oposições, aglutinadas no MDB, sobre o partido do Governo (ARENA) nas eleições de 1974, e acabou desembocando na transição de 1985 responsável pela eleição via Colégio Eleitoral de Tancredo Neves, colocando fim ao período ditatorial.

Nos últimos anos da Ditadura Militar, o próprio Governo já dava mostras de não-sustentação de discurso mistificador dos primeiros tempos do regime. É significativo que o Governo, após quase 20 anos de regime militar, tenha-se visto na obrigação de admitir que os problemas básicos do país não se solucionaram e, pelo contrário, haviam se aprofundado. Em discurso de 1981, o secretário de Educação Física e Desportos do MEC realinhava sua fala de maneira completamente diferente dos anos anteriores, onde o ufanismo e a mistificação eram as diretrizes principais:

Os benefícios da prática regular das atividades físicas ainda não chegam a todos os segmentos da população brasileira. No bojo desta evidência, convivem implicações socioeconômicas e de infra-estruturas desportivas, de tal ordem que desautorizam a insistência na antiga concepção dessas atividades como mera questão de saúde e recreação. E se não pode ser modificado a curto prazo, esse panorama configura um quadro fundamental na definição das diretrizes para o setor, uma vez que a nova linha escolhida terá necessariamente de revelar coerência com a realidade do País e com as especificidades regionais (Cavalcanti, 1981).

No final da década de 70 e início dos anos 80 configurou-se a necessidade de uma mudança de rumos na Educação Física brasileira. Aumentou significativamente o número de profissionais da área empenhados na discussão de “práticas



alternativas” para a Educação Física.\* Cresceu também o número de encontros regionais de profissionais da área preocupados com a conquista de uma “Educação Física Crítica” etc. A literatura em Educação Física ganhou nova colaboração; revistas como a *Corpo e Movimento*, da Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo, e também a *Sprint*, do Rio de Janeiro, possibilitaram uma discussão mais aberta, inexistente até então.

#### IV. EDUCAÇÃO FÍSICA: DA QUE NÃO TEMOS PARA A QUE QUEREMOS

Uma vez esboçado esse quadro classificatório sobre as tendências e correntes da Educação Física brasileira, é possível ousar algumas reflexões sobre as possibilidades (ou impossibilidades?) da Educação Física na atual situação da nossa sociedade.

Em primeiro lugar, convidamos os leitores a observarem alguns dados sobre a realidade educacional do país. Segundo estatísticas do início dos anos 80 (cf. Dowbor, 1986), somos um país com mais de 58 milhões de pessoas na faixa dos 5 aos 24 anos. Entre 5 e 9 anos existem mais de 14 milhões de crianças, das quais apenas 6,4 milhões freqüentam escolas, ou seja, 45%. Na faixa dos 15 aos 19 anos, constatamos que de 13,3 milhões de adolescentes apenas 5,6 milhões estão nas escolas, isso significa que 58% abandonaram os estudos. Na faixa dos 20 aos 24 anos a taxa de escolaridade cai assustadoramente, revelando o alto grau de elitização do nosso ensino universitário; apenas 16% desses jovens estão matriculados! Por fim, constatamos que 76% da população acima dos 5 anos de idade possuem 4 ou menos anos de escolaridade!

O que esses dados indicam? Ora, se nos detivermos apenas na última informação do parágrafo anterior, chegamos à conclusão de que somente 24% da população acima dos 5 anos de idade usufrui de alguma espécie de Educação Física sistematizada. E considerando ainda a baixa qualidade das aulas de Educação Física nas regiões economicamente atrasadas, é possível dizer que existe uma prática em Educação Física no Brasil?

---

\* Este livro não discute as “práticas alternativas” para a Educação Física. Uma pesquisa posterior deveria incluir, entre as tendências expostas aqui, uma descrição da “Educação Física Alternativa”.

A primeira vista parece que todos os nossos esforços devem dirigir-se à expansão da escola pública e sua extensão a toda população brasileira. Não é possível que adentremos o século XXI sem uma rede pública de ensino capaz de atingir a maioria de nossa população. É preciso lutar por proventos sociais que os países capitalistas desenvolvidos alcançaram no século passado!

A extensão da escola pública a todas as classes sociais significaria, em certo sentido, a extensão da Educação Física sistematizada à sociedade. Todavia, penso que esse dado meramente quantitativo — a extensão da rede pública de ensino — não é exequível no Brasil sem que, concomitantemente, a própria rede pública de ensino e, em seu interior, a própria Educação Física se transformem qualitativamente, superando as velhas concepções agregadas às ideologias organicamente ligadas ao capitalismo.

Assim, não se trata de advogar a idéia de que “mais vale qualquer Educação Física do que nenhuma”. Não é bem isso. Uma vez democratizada a Educação Física, ela terá necessariamente de elevar-se a um nível superior. Só que não vai mudar “espontaneamente”. Vai ter de se transformar pela atuação dos homens. E uma atuação consciente. Daí que surge, a cada dia com mais ênfase, a pergunta: como deve ser essa “nova Educação Física”?

Essa pergunta está na boca da juventude que estuda nas Escolas de Educação Física. Está na cabeça dos professores jovens. E, ao contrário do que pensam alguns, não é uma pergunta ingênua. Ela é historicamente necessária. A resposta, se é que existe uma, é que corre sério risco de descambar para o idealismo.

O ponto de partida de nossa reflexão deve ser a realidade brasileira. E o que temos, hoje, de fundamental na sociedade brasileira é a contradição entre a *tendência de desenvolvimento das nossas forças produtivas e as relações de produção* que, via de regra, obstaculizam tal desenvolvimento. Passa por essa contradição uma série de problemas nacionais, que vão da polí-

tica de reserva de mercado para a informática até as epidemias de dengue e febre amarela, não resolvidas em pleno final de século XX.

Essa contradição, basicamente, revela que à medida que o trabalho se universaliza na sociedade, e se organiza e se socializa no interior de cada unidade de produção, por outro lado, em sentido contrário, a propriedade privada dos meios de produção se concentra, cada vez mais, em menos mãos. É mais ou menos óbvio que, numa situação dessas, uma série de problemas sociais que possuem soluções relativamente simples, dado o estágio de desenvolvimento científico da humanidade, não se resolve à medida que tais soluções se confrontam com os interesses imediatos dos poucos detentores dos meios de produção.

No Brasil atual, podemos assistir, acoplado a essa problemática, ao desenrolar de uma outra contradição. É a contradição entre a *socialização política* e a *apropriação privada* (grupista) *do poder* (cf. Coutinho, 1984, p. 57). Ou seja, a evolução de várias entidades da sociedade civil, mesmo no período ditatorial, e, agora, a possibilidade de atuação mais ou menos livre (e legal) dos partidos políticos, têm trazido, pelo menos às regiões mais desenvolvidas, a integração da participação política na vida cotidiana. Todavia, ao mesmo tempo que o país se abre e procura encher os pulmões com ares novos e puros das manhãs de democracia, assistimos à reorganização da tendência dos setores conservadores em se apossar do Estado, transformando (ou melhor, mantendo) o público em privado.

Faz-se necessário agudizar as contradições e, nesse sentido, batalhar pela socialização da política. Devemos caminhar na direção do aumento de participação popular no processo político, para que consigamos sair dessa situação de democracia formal para uma situação de democracia efetiva e extensiva a todos os cidadãos.

Acreditamos que o projeto da Escola Pública democrática e, em particular, o projeto de uma “nova Educação Física”, devem correr acoplados ao vetor histórico da luta pela *socialização da política*.

E o que é a socialização da política senão a pululação de núcleos de renovação do pensamento e a crescente tendência ao desmascaramento da ideologia liberal-burguesa, em seus diversos matizes? Assim, o papel da Educação Física nesse processo é de acompanhar e promover o combate à ideologia liberal-burguesa e ao conservadorismo. Especificamente, em relação à Educação Física, urge encontrar a maneira eficaz de entrelaçar o *trabalho corporal e o movimento* com outros instrumentos íntimos aos processos mais gerais de combate aos diversos pontos ideológicos ligados às velhas concepções de mundo forjadas no capitalismo.

Assim, como se pode notar, o nosso projeto de Educação Física, que se pretende continuador das diretrizes da Educação Física Popular, também deseja ultrapassá-la e superá-la. Por isso, não basta manter os princípios de ludicidade e solidariedade entre trabalhadores, próprios da Educação Física Popular. Também não basta utilizar a Educação Física como instrumento de organização dos trabalhadores. É preciso mais. O que desejamos é que a prática da Educação Física na Escola Pública encontre fórmulas ricas capazes de utilizar o *trabalho corporal e o movimento*, próprios à aula de Educação Física, como aríetes contra a ideologia dos dominantes. Só assim a Educação Física estará contribuindo para a agudização das contradições citadas anteriormente e, ao mesmo tempo, servindo ao homem concreto, ou seja, aquele homem inserido no contexto social e que, certamente, é vítima do atual sistema de organização da produção.

## V. O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO INTELECTUAL: INDICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO FÍSICA CRÍTICO-SOCIAL DOS CONTEÚDOS

A juventude universitária brasileira é constantemente assombrada por dúvidas atroz. A indefinição econômica e política do país intranqüiliza grande parte dos estudantes brasileiros, atemorizando-os com o fantasma do desemprego. A ninguém é garantido, enquanto estudante, caminhos que indiquem que o mercado de trabalho poderá agir de maneira menos cruel, facilitando a obtenção de mínimas condições de sobrevivência!

Mas se este é um grande problema de ordem geral, não ficamos livres das questões mais específicas. Razoável parcela da juventude universitária se inquieta quanto às verdadeiras tarefas que a futura profissão exigirá. Particularmente, no caso dos estudantes de Educação Física, o problema vem à tona cotidianamente.

Em princípio, o professor de Educação Física tem um espaço ampliado no mercado de trabalho. Além do tradicional campo do ensino nas escolas de 1.º, 2.º e 3.º grau públicas ou particulares, surge a possibilidade de atuação em centros de reabilitação, hospitais, academias, clubes etc. À medida que se aproxima o final do curso, os estudantes se preocupam com o local de trabalho e, mais que isso, angustiam-se quanto às reais finalidades e possibilidades da profissão escolhida. Afinal de contas — perguntam os estudantes —, qual o papel do professor de Educação Física na sociedade brasileira?

Alguns falam que o professor de Educação Física é “um educador”. Outros dizem que o professor “é um profissional da área paramédica”. Mais recentemente insistem alguns que o profissional da área da Educação Física é um pesquisador, um “cientista do movimento humano”. As caracterizações são inúmeras! O erro que todas elas cometem é que tomam a função diária do profissional da Educação Física, de acordo com sua colocação do mercado de trabalho, como característica fundamental do papel social do professor de Educação Física.

O profissional em Educação Física, independentemente da especialidade do seu trabalho cotidiano nas escolas, nos clubes, nos hospitais, nas academias etc. é, antes de tudo, um *intelectual*. É a partir deste dado que devemos começar a pensar o profissional da área da Educação Física, especial e fundamentalmente o professor.

Mas ao descobirmos o profissional da Educação Física como intelectual resgatamos uma segunda questão: o que é um intelectual?

Na verdade, todos os homens são intelectuais, pois qualquer trabalho envolve sempre um mínimo de “atividade pensante”. A separação entre *homo faber* e *homo sapiens* não se efetiva no plano da realidade da vida concreta. Mesmo o trabalho mais relacionado com o esforço físico implica sempre um mínimo de “atividade intelectual”. Além do mais, no âmbito externo à sua profissão, cada homem envolve-se com opções de gosto, de estética e de participação numa determinada concepção de mundo. Todavia, se todos os homens são intelectuais, isso não quer dizer que todos atuam socialmente como profissionalmente intelectuais. Existem aqueles que, necessariamente, têm em suas profissões a “atividade intelectual” como pólo nuclear e fundamental (cf. Gramsci, 1982, p. 7).

Os intelectuais não se desprendem das classes e frações de classe da sociedade. Pelo contrário, cada grupo social forja os seus intelectuais. O papel do intelectual desenvolve-se no sentido de organizar, sistematizar e mesmo elaborar o pensamento do grupo social ao qual está organicamente ligado. Assim, num certo sentido, o intelectual conscientiza o grupo

social que lhe dá sustentação das funções de tal grupo no campo da produção econômica e da política. Pode-se dizer, de certa forma, que o intelectual atua como “arauto reflexivo”, levando para a sociedade e para o próprio grupo social um ideário que representa os interesses de tal grupo.

Não queremos dizer com isto que os intelectuais funcionam como elementos mecanicamente ligados às classes e frações de classes (apesar de isso ser verdadeiro para grande parte deles). A tendência das classes sociais é a de forjar também “grandes intelectuais” capazes de usufruir de relativa autonomia em relação aos interesses dos grupos socioeconômicos aos quais estão organicamente vinculados (cf. Santos, s.d., p. 97). Isso possibilita não só uma “consciência crítica” do grupo social como também uma maior dinamicidade nas ciências, na filosofia, nas artes etc.

Sendo ou não relativamente autônomo em relação ao grupo social ao qual está vinculado, o intelectual, na prática, atua no sentido de manter e/ou expandir a hegemonia (direção política e cultural) do seu grupo social sobre a sociedade. Pensando a hegemonia como sinônimo de cultura (cf. Chauí, 1984, p. 19), podemos dizer que os intelectuais atuam como mediadores entre as pessoas e o complexo cultural. Em última instância, trabalham para que os elementos humanos absorvam uma determinada concepção de mundo e a interiorizem, num processo tão sutil quanto a respiração.

Particularmente, o profissional da área da Educação Física desenvolve a tarefa de “agente cultural” no âmbito da mais decisiva intimidade, pois atua no sentido de implantar no próprio movimento humano os ditames da cultura. Assim, a denominação do professor de Educação Física como “educador do movimento” assume uma certa veracidade e, em inúmeros casos, uma certa tragicidade! Afinal, cabe ao “educador do movimento” a tarefa de engravidar o movimento humano de cultura e, mais precisamente, de uma determinada cultura. Ao professor de Educação Física coube, então, o destino, talvez pouco confortável, de transportar a hegemonia para o conjunto complexo da individualidade humana. E estamos pensando,

neste caso, a individualidade humana como um conjunto anatomico-fisiológico, que se movimenta pelas leis da biomecânica.

Assim, à medida que o profissional da Educação Física introjeta determinados padrões culturais no movimento humano, colabora para que o conceito de “essência humana” como o “conjunto das relações sociais” (Marx, 1981, p. 105) chegue ao seu grau mais alto de veracidade. E estabelecer que o homem é o conjunto das relações sociais, e que tais relações descem ao nível do movimento e da postura corporal, implica considerar que também os conflitos inerentes às relações sociais se apoderam do movimento humano!

Dentro desta perspectiva é preciso que se entenda que o *movimento* humano não pode ser tomado como algo abstrato, regido exclusivamente pelo tecnicismo “neuro” da biomecânica ou da fisiologia, como querem certos “cientistas” da área, mas deve ser compreendido e estudado como intimamente ligado ao *movimento* social. E isso fica claro quando tomamos certas lutas/danças que representam não apenas movimentos musculares, mas movimentos sociais de libertação popular (podemos pensar, como exemplo, na capoeira).

A questão da vinculação do *movimento humano* com o *movimento social* configura-se como uma segunda forma da problemática inicial; na verdade, continuamos nos prolegômenos do nosso tema, que é a relação entre o intelectual da área de Educação Física e a cultura.

Não vamos nos furtar de abordar o termo *cultura* e, mais que isso, adotar uma determinada classificação. Resumidamente, podemos endossar um mapeamento da cultura brasileira em quatro pólos: cultura universitária, cultura criadora extra-universitária; cultura de massas; cultura popular (cf. Bosi, 1983, p. 143).

A cultura universitária praticamente acoberta e centraliza o que chamamos de cultura erudita brasileira. O aparelho educacional como um todo responsabiliza-se pela cultura erudita, porém, no caso brasileiro, dada as vicissitudes da elitização, coube à universidade a tarefa maior quanto aos desígnios de

produção rigorosa e metódica necessária à elaboração do saber erudito. O saber letrado no Brasil praticamente gira em torno da universidade; a sociedade nutre-se culturalmente da produção feita por intelectuais que estão ligados ao sistema universitário público ou particular.

A cultura criadora extra-universitária é dispersa, descontínua e mais mesclada com a psicologia popular. É a cultura produzida por artistas, dramaturgos, escritores, cineastas etc., não necessariamente vinculados à universidade.

A cultura de massas está intimamente ligada à indústria cultural, que vai da televisão ao rádio de pilhas, ou da revista de fotonovelas às histórias em quadrinhos. A psicologia que envolve tal produção ancora-se no sentimentalismo, agressividade, medo, erotismo etc. A telenovela e o *happy end* configuram-se nos produtos típicos da cultura de massas.

Finalmente, falamos em cultura popular. Neste caso não escapamos de relembrar o conceito de cultura pela abordagem antropológica. Ou seja, a cultura popular encarna a mais estreita ligação entre a esfera puramente material da vida e a esfera espiritual. Cultura popular implica, portanto, modo de vida que se estabelece nas práticas diárias de alimentação, vestuário, hábitos de limpeza, habitação, prática de cura, crenças, danças, jogos, bebida, modos de cumprimentar, palavras-tabus, modo de olhar, de falar, as romarias, as promessas, festas, modo de criar animais e de plantar, maneira de rir, de chorar, de andar, de olhar etc. O simbólico e o material se acoplam para explicitar que o homem popular mantém no cotidiano a individualidade entre “corpo” e “alma” (cf. Bosi, 1983, p. 158).

No contexto social, esses quatro pólos da cultura se imbricam e se combinam. Tais cruzamentos ora são fecundos e alvissareiros, ora são desastrosos e levam a confusões terríveis. Uma dessas confusões, que constantemente se estabelece no nosso país, é a indistinção entre cultura popular e cultura de massas. Trata-se de um irracionalismo (cf. Rouanet, 1987, pp. 124-146) que rejeita a cultura erudita, a qual acusa de “burguesa” e “elitista-dominadora”, em nome da “cultura po-

pular”, a qual idolatra como “pura” e “libertadora”. Todavia, o que esquece tal irracionalismo é que o que chama de cultura popular não passa de um arcabouço caótico dirigido pela indústria cultural (cultura de massas). Devemos estar atentos para evitar tal procedimento.

Não é difícil notar que a cultura popular, a cultura de massas e a cultura criadora extra-universitária se relacionam com a sociedade independentemente do trabalho do professor e, particularmente, independentemente do professor de Educação Física. No caso da cultura erudita, as coisas não se passam assim. Se o Brasil é rico, o mesmo não podemos dizer da maioria do povo, que é pobre. As classes populares (e também os setores médios) esperam do aparelho escolar e daqueles que usufruíram dele (principalmente da universidade) uma atitude democrática de promoção da socialização da cultura erudita. Assim, o intelectual da área de Educação Física não deve se enganar: seu trabalho consiste, na relação com o movimento e com o corpo, em cuidar para que a cultura erudita possa ser usufruída pelas pessoas que buscam seus serviços.

Fica mais ou menos evidente, então, que endossamos a tese (que pode ser discutida) de que existe uma relação probabilística entre a cultura e o pensamento progressista (cf. Rouanet, 1987, p. 325): a primeira pode encaminhar as pessoas para o segundo. Isso não quer dizer que as pessoas politicamente reacionárias não tenham capacidade de apreensão do acervo cultural da humanidade. Ou que somente os progressistas são inteligentes. Ou, ainda, que a posse do saber necessariamente leva as pessoas a se tornarem progressistas. Nada disso. A tese é referente ao seguinte: a cultura erudita, o saber sistematizado, o pensamento filosófico e científico constituem-se num terreno fértil, onde as flores do pensamento progressista poderão germinar com mais facilidade.

Mas a cultura erudita da qual estamos falando não pode ser confundida com pedantismo. A cultura deve atuar como agente organizador, disciplinador, no sentido de levar as pessoas a um “conhece-te a ti mesmo” (cf. Gramsci, 1916). E este “conhece-te a ti mesmo” não pode ser tomado de maneira psico-

logizante, mas deve ser entendido como um caminho para que as pessoas se descubram enquanto seres históricos concretos, inseridos em classes que possuem interesses divergentes e antagônicos. Deve fornecer instrumentos para que as pessoas trabalhadoras, que constituem a maioria do país, enfrentem o cotidiano com menos sofrimento e com mais eficácia na luta de classes estafante na qual estamos imersos.

O que propomos, portanto, é que o profissional da área de Educação Física atue como intelectual progressista e transformador. Que estabeleça um elo comum com os vetores históricos que encaminham para a construção de uma nova hegemonia, uma nova direção política e cultural, enfim, uma nova cultura e uma concepção de mundo superior e democrático. Isto tudo remete necessariamente à pergunta: na prática, qual a atitude do professor de Educação Física progressista?

Todo este texto seria desnecessário se já tivéssemos algum modelo pronto e experimentado para oferecer como receituário aos estudantes universitários. Obviamente não se trata disso. O que devemos fazer é refletir sobre as práticas progressistas que se desenvolvem no país de modo esporádico e atomizado.

Vários exemplos de práticas progressistas podem ser lembrados. É significativa a construção de um curso de dança, ministrado nas aulas de Educação Física de 1.º e 2.º grau de uma escola pública no Sul do país, envolvendo história e antropologia. Cada dança aprendida e desenvolvida em cada aula é compreendida dentro do seu contexto histórico, o que implica estabelecer relações com o momento social do povo que a criou ou que a adotou e, além disso, a divulgação de tal dança por outros povos que a receberam independentemente do componente ideológico no qual estava envolvida.

Uma variante deste exemplo pode acoplar História do Brasil e dança. Ou seja, um curso onde as danças sejam praticadas segundo um desenvolvimento da história social e política do país. Algo que informasse às novas gerações sobre os processos ideológicos introjetados pelo imperialismo e como a cultura se relaciona com a economia e, principalmente, com o desenvolvimento do capitalismo etc.



O professor de Educação Física pode, ainda, desenvolver práticas de recreação nos moldes das apresentadas por professoras do Nordeste. A recreação nas escolas públicas de 1.º grau por nós visitadas era ministrada no sentido de contrapor culturas distintas. Jogos recreativos das crianças japonesas eram desenvolvidos em contraste com as brincadeiras ocidentais etc.

Podemos pensar em desenvolver cursos sobre lutas marciais e coisas semelhantes também com perspectivas históricas e antropológicas.

Os jogos desportivos tradicionais (futebol, basquetebol etc.) também podem e devem ser aprendidos numa perspectiva histórica e social. Os alunos devem jogar com as regras primitivas de cada desporto e compará-las com as atuais. Além disso faz-se necessário que o aluno perceba, na prática e na técnica de cada desporto, sua evolução e sua relação com o país que lhe deu origem. É mais, que o professor procure esclarecer a relação de superioridade que certos países possuem, em relação a outros, em determinados desportos.

Em suma, o trabalho do professor de Educação Física como socializador da cultura erudita vai além da pura e simples transmissão das técnicas da ginástica, do desporto etc. É fundamental que realmente a aula de Educação Física se transforme num ambiente crítico, onde a riqueza cultural se estabeleça como trampolim para a crítica.

É óbvio que práticas progressistas, pautadas por um conhecimento amplo no âmbito das ciências humanas, implica a formação de professores de Educação Física num nível superior ao que possuímos.

Pensar o professor de Educação Física como intelectual é, de fato, reconsiderar toda a prática da Educação Física nas diversas instituições da sociedade. Dentro desta perspectiva, a Educação Física se reestrutura como uma prática re-flexiva, uma atividade capaz de olhar a si própria no decorrer do seu desenvolvimento. Queremos dizer com isso que até mesmo os conteúdos tradicionais da Educação Física possuem uma história, possuem um desenvolvimento que não é alheio aos valores

e desejos de futuro de determinados setores sociais dominantes de cada povo. Assim, mesmo os métodos ginásticos — método francês, método sueco etc. — deverão explicitar ao aluno de 1.º e 2.º grau, ou qualquer outro praticante, o quadro superestrutural (as ideologias, as vontades políticas, as leis etc.) das localidades humanas que os criaram. Ou seja, a Educação Física deverá deixar de ser uma “prática cega”, para transformar-se num real complexo educacional capaz de efetivamente desenvolver as tão proclamadas potencialidades humanas.

## VI. BIBLIOGRAFIA

- BEISIEGEL, C., "Educação e sociedade no Brasil após 1930" in FAUSTO, B., *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo e Rio de Janeiro, Difel, tomo III, vol. IV, 1984, pp. 382-416.
- BRESSER PEREIRA, L.C., *Desenvolvimento e crise no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BOSI, A., "Cultura brasileira" in MENDES, D.T., *Filosofia da Educação Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, pp. 135-194.
- CALMOM, P., Editorial. *Revista da Escola de Educação Física do Exército*, Rio de Janeiro (40), 1938.
- CAVALCANTI, P., "As atividades físicas e a realidade brasileira" in *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília (47), 1981.
- CARVALHO, J.M., "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador" in FAUSTO, B., *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo e Rio de Janeiro, Difel, 1978, tomo III, vol. II, pp. 183-234.
- CAAUÍ, M., *O nacional e o popular na cultura brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- COELHO, R., Editorial. *Revista da Escola de Educação Física do Exército*. Rio de Janeiro (28), 1935.
- COUTINHO, C.N., *A democracia como valor universal e outros estudos*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.
- CUNHA, L.A. & GÓES, M., *O Golpe na Educação*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
- DOWBOR, L., *Aspectos econômicos da Educação*, São Paulo, Ática, 1986.
- FARIA, A.L., Aula Inaugural na ENFED, *Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro (11), 1957.
- FERREIRA, A.O.C., Editorial. *Boletim Técnico Informativo*. Rio de Janeiro (8): 5-15, abril-junho 1969.
- GHIRALDELLI, P., "Evolução das idéias pedagógicas no Brasil republicano" in *Educação & Realidade*, Porto Alegre (2), 1986a.
- , *As esquerdas e a questão da educação pública no Brasil*, Rio Claro, UNESP, 1986b (mimeo.).
- , *Educação Física pela História*, Rio Claro, UNESP, 1986c.
- , *Educação e Movimento Operário*, São Paulo, Cortez, 1987.



- GRAMSCI, A., *Os intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_, "Socialismo e cultura" in *Grido del popolo*, s.l., s.e., 1916.
- LYRA FILHO, J., "Estádios e quartéis" in *Revista da Escola de Educação Física do Exército*, Rio de Janeiro (89), 1958.
- LOURENÇO FILHO, M.B., *A Pedagogia de Rui Barbosa*, São Paulo, Melhoramentos, 1954.
- MARX, K., "Teses sobre Feuerbach" in MARX, K. & ENGELS, F., *A ideologia alemã*, Lisboa, Avante, 1981.
- MUSSOLINI, B.A., "Educação Física" in *Revista da Escola de Educação Física do Exército*, Rio de Janeiro (13), 1933.
- RAGO, M., *Do cabaré ao lar*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- RAMOS, J.J., "Educação Física e Desportos no Brasil" in *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília (20), 1974.
- ROUANET, S.P., *As razões do Iluminismo*, São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- SANTOS, J.A., *O princípio da hegemonia em Gramsci*, Lisboa, Vega, s.d.
- SAVIANI, D., *Educação: do senso comum à consciência filosófica*, São Paulo, Cortez, 1983.
- SILVA, A.B., "Educação Física e Educação Geral" in *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro (72), 1950.
- SOUZA, A.M., "A Educação Física em face da Criminologia" in *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília (19), 1974.
- SOUZA RAMOS, "Indivíduo, esporte e raça" in *Revista da Escola de Educação Física do Exército*, Rio de Janeiro (31), 1936.
- TRONCA, I., "O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda" in FAUSTO, B., *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo e Rio de Janeiro, Difel, 1986, tomo III, vol. III, pp. 341-360.
- VASCONCELOS, M., Editorial. *Revista da Escola de Educação Física do Exército*, Rio de Janeiro (39), 1938.
- VIEIRA, E.A., *Estado e miséria social no Brasil*, São Paulo, Cortez & Autores Associados, 1981.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| Palavras iniciais .....  | 7  |
| Prefácio .....   | 9  |
| I. Introdução .....  | 15 |
| 1. Educação Física Higienista .....  | 17 |
| 2. Educação Física Militarista .....   | 18 |
| 3. Educação Física Pedagógicista .....   | 19 |
| 4. Educação Física Competitivista .....  | 20 |
| 5. Educação Física Popular .....   | 21 |
| II. As Filosofias subjacentes às concepções de Educação Física .....   | 22 |
| 1. Educação Física Higienista .....  | 22 |
| 2. Educação Física Militarista .....   | 24 |
| 3. Educação Física Pedagógicista .....   | 27 |
| 4. Educação Física Competitivista .....  | 29 |
| 5. Educação Física Popular .....   | 33 |
| III. Educação Física e Processo Histórico .....  | 35 |
| IV. Educação Física: da que não temos para a que queremos .....  | 47 |
| V. O professor de Educação Física como intelectual: Indicações para uma Educação Física crítico-social dos conteúdos ..... | 51 |
| VI. Bibliografia .....   | 61 |



A política de educação física brasileira e do esporte continua elitista, minada por interesses eleitoreiros, clientelísticos. O esporte subordina-se a interesses econômicos, o poder público não tem uma política efetiva de democratização do acesso ao lazer e às práticas desportivas não-formais.

Na organização escolar, a educação física tem um lugar secundário, freqüentemente isolado das demais disciplinas; há insuficiência de espaço físico, de material de ginástica e de esportes. Há também muitos professores improvisados, que não conseguem ver o alcance e a importância do próprio trabalho.

Este texto vem ajudar os professores a repensar a profissão, a desenvolver uma visão crítica dos conteúdos e práticas, para descobrir vias que levem a uma prática docente capaz de atender as necessidades dos filhos dos trabalhadores: ao invés do adestramento físico, a compreensão e sadio uso do corpo, ao invés do esporte-espetáculo ufanista, o educativo; ao invés da disciplina imposta e da repetição, o autodomínio, a formação do caráter; ao invés do corpo-instrumento, o corpo como ser social.

*JOSÉ CARLOS LIBÂNEO*